

EIPP – PESQUISA: REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação: Maria Fernanda Rezende Nunes- UNIRIO

A democratização da educação se configura como meta da sociedade brasileira e como foco das políticas educacionais. Neste contexto, são tarefas centrais a investigação e a formação de profissionais - gestores e professores - que atuam na concepção, implantação e gestão de propostas, bem como no trabalho direto com crianças em escolas. Assim, todas as iniciativas visando o estabelecimento de políticas por parte do governo brasileiro merecem ampla discussão, tanto em relação às formas como foram concebidas e implantadas quanto aos seus conteúdos e intenções, consonâncias e dissonâncias. Nesta linha, o Grupo EIPP (Educação Infantil e políticas públicas) que tem como foco de interesse os estudos sobre as crianças e as políticas de educação infantil, se propõe a discutir a EI, tendo como ideia central identificar as estratégias de organização que os sistemas municipais de ensino vêm desenvolvendo para atender à EI, no âmbito da educação básica, e sua adequação às condições de vida das crianças.

Esta formulação remete a uma série de indagações que nos permitem avançar em diferentes estudos, quais sejam: Como está organizado o sistema de ensino dos municípios? O poder público estatal estabelece parcerias para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos? De que forma o governo federal induz (ou não) as políticas educacionais voltadas para as crianças? O ProInfância contribui para a expansão e qualidade do atendimento à Educação Infantil? Quais pré-requisitos são necessários para o ingresso das crianças nas unidades do ProInfância? Como as unidades do ProInfância estão integradas ao sistema de ensino: acesso, carreira, concurso específico, habilitação e qualificação. Qual tem sido a formação do quadro de pessoal nas unidades do ProInfância? De que forma tem sido concebida a rotina e o espaço físico para o atendimento de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos nas unidades do ProInfância?

Centrados numa perspectiva de caráter macro e meso, os estudos buscam compreender como a totalidade se revela na particularidade, nos documentos oficiais (Benjamin, 1987), como as políticas ecoam nas práticas e dialeticamente, como as práticas informam (ou podem informar) as políticas: decodificação das leis no campo da creche, as normas para a integração das creches vinculadas a assistência para a educação, os concursos públicos, os turnos de trabalho, as concepções de atendimento a criança, entre outras questões.

Para esta apresentação foram organizados três textos: o primeiro apresenta o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância e sua política indutora de colaboração entre os entes federados, discutindo a política de seleção e formação do quadro de funcionários nos municípios pesquisados e focando nas observações relativas às práticas desenvolvidas na unidade visitada; o segundo trata da implementação do Programa, bem como seus desafios e impactos nas redes examinadas, a partir do olhar das Secretarias de Educação, captado pelas entrevistas realizadas com seus dirigentes; o terceiro tece considerações sobre os critérios de acesso nas unidades pesquisadas, as modalidades de atendimento (horário integral ou parcial), a organização dos espaços e tempos, bem como a respeito das práticas pedagógicas observadas e por meio de registros fotográficos.

O PROINFÂNCIA, POR UMA POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Rosane Monteiro Gomes

O Grupo de Educação Infantil e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO realizou a pesquisa “Repercussões das Políticas de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: o Programa Proinfância e as estratégias municipais de atendimento a crianças de 0 a 6 anos” (2011 – 2013). Acompanhou os municípios da Região Metropolitana do Estado que aderiram ao programa, realizando visitas à unidade já construída e entrevistas com atores das secretarias municipais de educação. Neste artigo somos norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e pesquisas que discutem a formação dos profissionais, bem como as propostas inovadoras para o desenvolvimento do campo da Educação Infantil, ou ainda que analisam criticamente as práticas que, ora se caracterizam como assistencialistas, ora inspiradas em ações oriundas do Ensino Fundamental, de cunho instrucional e de treinamento para a alfabetização. Desse modo, apresentaremos o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância e sua política indutora de colaboração entre os entes federados, pois entendemos que políticas como essas reforçam a lógica de que programas e projetos na Educação devem ser implementados de modo participativo, respondendo aos princípios democráticos. Os relatos apresentados explicitam tanto a política dispensada à institucionalidade da Educação Infantil, no que se refere à gestão em nível meso e micropolítico, à seleção e formação do quadro de funcionários nos municípios pesquisados, bem como a concepção de infância, quanto às práticas desenvolvidas na unidade visitada. Na pesquisa, observou-se uma diversidade de posicionamentos que remetem a reflexão sobre o investimento na Educação Infantil como segmento educacional que apresenta especificidades que nem sempre consideradas, uma vez que nos discursos de gestores municipais, captamos ambiguidades e contradições próprias do campo de disputas e concepções que se entrecruzam e se concretizam na formulação e implementação de políticas públicas. Com relação às práticas, apesar de as referidas Diretrizes situarem-nas como instrumentos mediadores para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, percebemos que algumas não consideram o contexto em que são desenvolvidas, como se a vida dos que constituem as escolas não interferisse na produção e reprodução dessas práticas. As contribuições dessas informações poderão possibilitar a reflexão sobre o lugar da Educação Infantil no âmbito das políticas públicas municipais, além de trazer considerações para pensar a identidade dos profissionais que lidam com a primeira infância, porquanto defendemos a premissa de que discutir a identidade e formação do professor é incluir em seu bojo a identidade da Educação Infantil, na perspectiva institucional, organizacional e política.

Palavras- chave: Proinfância, formação profissional, Educação Infantil.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROGRAMA PROINFÂNCIA: ORGANIZAÇÃO, IMPACTOS E DESAFIOS.

Aline Ricci

O Grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO realizou no período de 2011-2013 a pesquisa “Repercussões das Políticas de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: o Programa Proinfância e as estratégias municipais de atendimento a crianças de 0 a 6 anos”. Nesta pesquisa, o objetivo foi acompanhar e avaliar a Educação Infantil nos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que aderiram ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância, quais sejam: Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, Seropédica e Tanguá. A escolha desses municípios justifica-se pelo fato de representarem a maior parte da população residente no Estado, o que torna os efeitos da ação política municipal mais impactantes. Entende-se, portanto, que a gestão local assume considerável relevância, definindo os contornos da política nacional nas municipalidades. A ideia central desta pesquisa foi a de identificar as estratégias de organização que os sistemas municipais de ensino e as secretarias municipais de educação vêm desenvolvendo para atender à Educação Infantil, no âmbito das unidades do Proinfância, e sua adequação às condições de vida das crianças.

A democratização da Educação Infantil se configura como meta da sociedade brasileira e, portanto, foco das políticas educacionais. Neste sentido, a investigação sobre iniciativas que visem o estabelecimento de política é tarefa central, tanto em relação às formas como são concebidas e implantadas quanto aos seus conteúdos e intenções. É inegável que os novos marcos regulatórios incidem na oferta e na qualidade do atendimento educacional, bem como nas estratégias de organização desenvolvidas pelos sistemas de ensino para atender as etapas de competência municipal. A expansão da obrigatoriedade, por um lado, e o leque de programas ofertados aos municípios pela União, por outro, podem denotar uma tendência à recentralização do processo de municipalização em andamento desde 1988. Neste trabalho apresentaremos alguns dos resultados obtidos através dessa pesquisa. Discutiremos a implementação do Proinfância, bem como os desafios e impactos desse Programa nas redes pesquisadas e o olhar das Secretarias de Educação, captados pelas entrevistas realizadas com seus dirigentes. Este texto tece considerações ainda sobre o Proinfância como sendo uma política nacional de expansão da oferta de Educação Infantil. Além disso, apresentaremos alguns dos achados da pesquisa, como: aspectos relativos ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, os motivos que levaram esses municípios a aderirem ao Programa e os entraves e dificuldades para a construção das escolas.

Palavras chave: Educação Infantil; Proinfância; Políticas públicas.

PERCORRENDO OS ESPAÇOS DO PROINFÂNCIA DO RJ: DIÁLOGOS COM A PESQUISA

**Fernanda Bezerra de Almeida
Leandro Henrique de Jesus Tavares**

Este trabalho é parte da investigação desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Educação Infantil e Políticas Públicas da UNIRIO (EIPP), com apoio do CNPq e FAPERJ (2012/2014), nas unidades do Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil) em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro. Por considerar que as ações empreendidas pelos governos municipais na efetivação do direito à educação estão interligadas às disposições do governo federal, o objetivo da pesquisa é diagnosticar a situação da Educação Infantil nas Unidades que aderiram ao programa, conhecendo o processo de implantação, suas conquistas e desafios, e a realidade do atendimento no Estado do Rio de Janeiro. Se, por um lado, o direito à educação de crianças de zero a seis anos foi um sonho conquistado, de forma coletiva, por diversos movimentos sociais, por lutas pelo seu reconhecimento e legitimidade que resultaram em leis inovadoras e na inclusão da Educação Infantil na Educação Básica, por outro, a efetivação deste direito, rumo à universalização do atendimento enfrenta ainda muitos desafios para sua concretização e suscita algumas questões: Quais as condições dos municípios para atender a demanda de expansão? Quais os impactos desta expansão na gestão e organização do sistema? Como garantir o direito da criança ao atendimento de qualidade? Desse modo, este texto tece considerações sobre os critérios de acesso nas unidades pesquisadas, as modalidades de atendimento (horário integral ou parcial), a organização dos espaços e tempos, bem como as práticas pedagógicas observadas. Para sua construção foram utilizadas entrevistas realizadas ao longo de 2013 e 2014 com diretores, coordenadores, professores e auxiliares de sete unidades distribuídas ao longo do Estado (Regiões Noroeste Fluminense, Médio- Paraíba, Baixadas-litorâneas, Região Metropolitana e Costa Verde), observações e registros fotográficos do cotidiano das unidades. Percebe-se uma lacuna no atendimento às crianças de 0 a 3 anos e a prevalência do horário parcial para a pré-escola. A organização dos espaços para a dinâmica pedagógica e as tarefas nos murais deixam pistas sobre as concepções de infância que norteiam as práticas com as crianças, com muitos de trabalhos direcionados para o aprendizado de letras e números, com pouca presença de livros e brinquedos. Acreditamos que neste momento de expansão do atendimento da Educação Infantil pública, cuja demanda de população infantil vem crescendo, é relevante pensar sobre questões que contribuam para a qualidade do atendimento que, entretanto, não está relacionada apenas às propostas pedagógicas, mas também a outros fatores igualmente importantes, como um espaço físico adequado e adaptado, materiais pedagógicos estimulantes e uma formação sólida dos profissionais que trabalham com essa faixa etária, que corroboram para a criação de espaços educativos dialógicos, com uma práxis viva e criativa, centrada no lúdico, nas artes e na literatura, com vistas a uma formação humana e cidadã.

Palavras-chave: Direito à Educação, Educação Infantil, Políticas Públicas.